

O CONTÍNUO DAS COLONIZAÇÕES DA REGIÃO ANDINO-AMAZÔNICA: derivações da guerra de fronteira entre Equador e Peru

Leandro Bonecini de Almeida¹

Resumo

O problema central deste trabalho são as transformações nas regiões andino-amazônicas da fronteira entre Peru e Equador, que passam por intenso processo de reorganização sociogeográfico. O objetivo principal é analisar as dinâmicas socioespaciais dados os múltiplos fatores de seu ordenamento nesta nova etapa de expansão do capitalismo, que promove o encontro contraditório de formas societárias diversas. Tais regiões estão historicamente subordinadas na estrutura do sistema mundo moderno-colonial, que hierarquiza blocos de poderes globais, países e, no interior destes, suas regiões. A partir da caracterização desses conflitos territoriais no tempo presente, analisamos formas de reinvenção da existência de indígenas e camponeses frente as dinâmicas hegemônicas do capitalismo global, as indústrias da mineração e de matrizes energéticas.

Palavras-chave: região andino-amazônica; fronteira; conflitos sócioambientais

Introdução: colonialidades das fronteiras andino-amazônicas

Os povos incas ocuparam vasto território na região andino-amazônica, dado o controle dos diversos pisos ecológicos (MURRA, 2002), em unidades sociopolíticas dispersas, os ayllus. As técnicas de mineração eram complexas na extração e processamento do minério¹. As últimas áreas centrais do território inca foram tomadas nos anos de 1532-33, permitindo o reordenamento territorial colonial e os primeiros avanços da mineração moderna, afetando a espacialidade das sociedades ao incidir na estruturação do sistema-mundo moderno, como sociedade global complexa. Constituída de múltiplos estratos espaciais, e temporalidades heterogeneamente articuladas pela lógica coesiva da acumulação (ARÁOZ, 2013).

A mineração colonial se inicia no século XVI (BOGGIO, 1979) mas persiste como dinâmica própria das indústrias hegemônicas, levando o Peru a ter status de “país mineiro”, “Estado minerador”. Nem a independência do Peru em 1821 alterou a mineração como atividade econômica preponderante, levando a disputas por recursos minerais com países vizinhos: a Guerra del Guano y Salitre, entre Peru e Chile (1879-1883); a Guerra Peruano-Equatoriano (1858-1860 e em 1941) e a Guerra de Cenepa (1995).

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: lbonecinialmeida@gmail.com

Destaca-se a Guerra de Cenepa entre as disputas territoriais sobre a região dos Andes e Amazônias, suas transições e arranjos socioespaciais, contínuos geográficos e históricos de conflitos. A ocupação e colonização da Amazônia se define por demandas de mercados internacionais: o avanço da exploração da borracha nos séculos XIX e XX, o comércio ilegal de madeira, a expansão das fronteiras agrícolas e do gado, narcotráfico, explorações mineiras, de petróleo e gás.

Aproximações das temporalidades mineralo-metabólicas na Cordillera del Cóndor

A Mineradora Afrodita está localizada no Distrito de Cenepa, Província de Condorcanqui, estado peruano de Amazonas, fronteira com o Equador, na Cordillera del Cóndor. Este projeto minerador gera conflitos com os povos jívaros, os awajún e wampís. Os awajún são a segunda maior população amazônica depois dos ashaninka, com 55.366 membros, ocupando territórios das regiões Amazonas, Cajamarca, Loreto e San Martín. Ao norte, em território equatoriano, a Cordillera del Cóndor, na província Morona Santiago, é também territorializada pela mineração, ocupação militar permanente, e a população indígena Shuar: neste caso destacamos o conflito recente para estabelecimento da mineradora Explorcobres S.A. (EXSA) propriedade de empresas estatais chinesas, o que levou à remoção da Comunidade Nankints e declaração de estado de exceção entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017.

Na Guerra do Cenepa o exército peruano teve apoio dos indígenas dado seu conhecimento da região, aspecto histórico da disputa por territórios amazônicos: a aliança e/ou dominação sobre povos indígenas. Fundamental para a internacionalização da Amazônia, especialmente por cinco potências coloniais: Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra. Os indígenas sempre sofreram assédios da múltipla dominação colonial e nesses contextos adversos se reinventaram (PORTO-GONÇALVES, 2015).

A empresa Afrodita mantém relação com o Estado peruano, pois suas atividades seriam segundo a empresa a melhor defesa da fronteira. Em 2006 retoma as ações de prospecção e pesquisa, inclusive no Parque Nacional Ichigkat Muja - Cordillera del Cóndor, para exploração de ouro, urânio e outros minerais. Em 2007, no momento de definição dos limites da Zona Protegida, houve um recorte de 69.829 hectares que coincidem com as concessões da Compañía Mineradora Afrodita. “Se quebrava assim a relação de aliança e colaboração entre

as populações nativas, forças armadas e instituições estatais”. (ROMIO, 2013: p.223 – tradução própria).

Tal caso evidencia uma das perspectivas dos povos indígenas nos conflitos mineiros em fronteiras, em relações mutáveis diante dos poderes coloniais em tempos históricos não lineares. São evidentes diferenças sobre as naturezas epistêmicas, civilizatórias, segundo as quais as ideias de justiça e legalidade, cultura, geopolítica e as fronteiras devem ser compreendidas segundo a agência, consciência dos sujeitos históricos. A ocupação e colonização da Amazônia em muitos sentidos se define pela pressão dos mercados internacionais, desde a colonial busca por *El Dorado* ou *Paititi*, o avanço da exploração de borracha/*caucho* a partir de finais do século XIX, o comércio ilegal de madeira, a expansão das fronteiras monoculturais agrícolas e do gado, do narcotráfico, explorações mineiras e petrolíferas: uma luta contra as muitas Amazônias (PORTO-GONÇALVES, 2008). Nos remete as palavras do assassinado líder Yukpa Sabino Romero, que dizia sobre a demarcação histórica e territorial das terras indígenas, muita além das formalizações da tutela do Estado. A resistência frente ao Projeto Afrodita está no contexto da guerra de fronteira entre Peru e Equador, assim como o Massacre de Báguá, no ano de 2009.

A resistência brevemente mencionada tem como actores fundamentais as comunidades indígenas da Bacia hidrográfica do Alto Marañón, na região fronteiriça entre Peru e Equador; zona milenarmente ocupada pelo povo Jívaro. Evidentemente os governos carecem de conhecimentos sobre a multiplicidades de significações, subjetividades e cosmologias presentes na Amazônia, ou as Amazônias: o governo militar peruano de Juan Velasco Alvarado (1968-1975) confirmou esta hipótese ao institucionalizar ou tipificar as “comunidades nativas”, uma invenção legal que descompunha, por meio de uma abstração, artificialmente, a integralidade territorial e existencial de cada povo em quadrantes, linhas cartográficas geométricas, dado o processo de titulação de terras comunais realizadas a partir de 1974, e também pela Lei de Comunidades Nativas. Quantitativamente hoje em dia são identificadas cerca de 1.500 comunidades nativas tituladas, ou uma extensão de “10.503.888 hectares tituladas” (ROMIO, 2013, p. 215). Há no mesmo processo de construção forçosa da cidadania, ou os custos do da narrativa colonial dos interesses nacionais sobre as populações delimitadas e colonizadas.

“En el caso de las inversiones petroleras, por ejemplo, la expansión en estos años ha sido enorme: según los datos ofrecidos por el Instituto del Bien Común, actualmente 72% del territorio amazónico ha sido entregado a 81 lotes (51.131.681 ha) de

hidrocarburos a las empresas multinacionales y nacionales, y el 10% (7.802.000 ha) a 1.228 concesiones florestales” (ROMIO, 2013, p. 215)

Em nível nacional a luta ganha força no ano 2008, cuan *Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana* (AIDSESP) convocou a Primeira Paralisação Amazônica, mobilizando as populações especialmente nas regiões/estados Loreto, Amazonas, Ucayali e Madre de Dios. Exigia a revogação dos decretos N° 1015 e 1073. O primeiro unificava os procedimentos legais de comunidades camponesas e indígenas da costa, *sierra* (andes) e *selva* (floresta) para supostamente favorecer a competição agropecuária e sua produção; enquanto o segundo definiu em 50% o quorum dos votos de comunitários para a venda de terras comunitárias, o que se considerou uma violação às comunidades. Finalmente, ambos foram rechazados no dia 23 de Agosto de 2008: o que evidencia a importância da resistência frente a tendência – quiçá latinoamericana – de reconcentração da propriedade e a estrangeirização das terras, um retrocesso às lutas dos séculos e períodos anteriores. A intensificação dos múltiplos setores da economia capitalista, o que é recorrentemente nomeado de *acaparamiento de tierras* ou *landgrabing*, fenômeno que no período neoliberal introduziu com mais ênfase a privatização e apropriação privada do território e a natureza, por empresas nacionais e transnacionais.

Portanto, não se trata apenas da violação legal, baseada em categorizações culturalistas exógenas e esquizofrênicas do poder colonial, senão carrega um importante componente geográfico-político sobre a definição do espaço e natureza antropomorfizados. Em primeiro lugar se dá a desconsideração da evidente pluriculturalidad e carácter multiétnico da população peruana, amazônica e andina, as expectativas e cosmovivências de sua população. Os *awajún* e *huampís* estabeleceram contato “externo” de maneira permanente há aproximadamente 50 anos, quando o estado-nacional peruano patrocinou a colonização do *Alto Marañón*, entre os Rios Santiago, Cenepa, e Nieva:

“en 1968 inauguró el Proyecto de Colonización del Alto Marañón entregando tierras a familias empobrecidas, provenientes, en su mayoría, de Cajamarca, Lambayeque, Piura y Amazonas. Si bien el proyecto fracasó al incumplirse las promesas de financiamiento e inversión estatal, las familias se quedaron en la zona, lo que generó conflictos por los terrenos con los grupos étnicos. Es en este contexto que se formaron las primeras organizaciones etnoterritoriales awajún, donde destaca el Consejo Aguaruna Huambisa, fundado en 1978, una de las primeras organizaciones indígenas amazónicas del país y pieza fundamental en la creación de la Asociación Interétnica de la Selva Peruana, AIDSESP” (ROMIO, 2013, p.218)

As populações indígenas foram fundamentais durante a guerra e disputa da fronteira do Equador e Peru, tema histórico de conflito desde a primeira definição dos limites territoriais no ano 1827, quando da formação dos países; ademais de recorrentes tensões armadas, nos anos 1941 e 1994-1995: em este último período o comando militar peruano fez um chamado ao apoio de voluntário às lideranças indígenas, seja por seu conhecimento da região ou pela tradição guerreira de los Awajún. Anos depois, a empresa peruana *Compañía Minera Afrodita S.A.C.*, associada à transnacional canadense Dorato Resources, em 2001 solicita permissão para realizar pesquisas e exploração na *Zona Reservada Santiago-Conaima*. A Minera Afrodita possui sete concessões mineiras na *región/estado Amazonas*, uma extensão de 5.008,75 hectáres.

Desde o ano 2004 a empresa Afrodita se dedicou em obter as permissões de prospeção em suas concessões, ao mesmo tempo que questionava as políticas ambientais realizadas pelo Instituto Nacional de Recursos Ambientales (INRENA) deslegitimando a criação do Parque Nacional Ichigkat Muja e a Zona Reservada junta ao parque; se aproximou também do Ministério da Defesa com o argumento de que a presença mineira seria a melhor defesa da fronteira, o que levou em 2006, à retomada das ações de pesquisa por parte da empresa: um precedente na colaboración das Forças Armadas na política de expansão mineira, ademais pela instalação do *Puesto de Observación del Tambol*, de caráter militar. No lado equatoriano foi levado a cabo a entrada da empresa canadense Goldmarca Ltda.

“Todo este proceso provocó, a su vez, consecuencias en la definición de las fronteras del Parque Nacional Ichigkat Muja: en agosto de 2007, al momento de definir los límites de la Zona Protegida, estas sufrieron un fuerte cambio frente a lo estipulado en el tratado de paz, con un recorte de 69.829 hectáreas que justamente coincidían con las concesiones mineras de la Compañía Afrodita. Se quebraba así la relación de alianza y colaboración entre población nativa, Ejército y instituciones estatales. La traición de IRENA al apoyar la reducción del Parque y la colaboración y defensa que el Ejército ofrecía a la empresa se traducían a los ojos de los indígenas como actos de ofensa entre guerreros” (ROMIO, 2013, p.223)

Os *awajun* e *huampís* são historicamente identificados pelo grande sentido de pertencimento ao território, dedicados à defesa territorial, o que os caracteriza como povo guerreiro e os levou a ampliar suas áreas de organização. Surgiram movimentos organizados como a Organização de Povos Indígenas da Amazônia Norte (ORPIAN), com maior presença nas regiões Cajamarca e Amazonas. Localmente são identificadas dezenas de organizações divididas pelas bacias dos rios, Marañón, Nieva, Santiago, destacando-se a ação daquelas

próximas ao *Río Cenepa*, especialmente a Organização de Desenvolvimento das Comunidades Fronterizas do Cenepa (ODECOFROC): protagonista central no conflito da região na última década. Nos anos 2005 e 2006 o movimento começou as ações de rechaço à mineração do projeto Afrodita em função de suas atividades de pesquisa e prospecção, os efeitos ambientais e sociais gerados, pelo corte de áreas do Parque Nacional, e o não cumprimento da titulação das terras comunitárias.

No ano 2008 mudam as estratégias do movimento para a ação direta, mas não antes sem informar a Mineradora Afrodita do prazo de 24 horas para sua retirada. Não houve resposta de governo e nem da empresa: no dia 25 de dezembro um grupo *awajún* ocupou e desativou as instalações de Afrodita. A partir de então é convocada uma segunda Paralisação Amazônica (*Paro Amazônico*) para o dia 9 de Abril de 2009, com ponto de encontro na Estação de Bombeamento N° 6 do Oleoduto *Norperuano*, a ponto *Corral Quemado* e a estrada Fernando Belaunde na altura da chamada *Curva del Diablo*. Após 57 dias seguiam bloqueadas as rotas para a Província de Condorcanqui, na *región/estado Amazonas*, sem resultado efetivo das tentativas de negociação. No dia 5 de junho a população indígena e *mestiza* organizada nos lugares onde a paralisação se deu foram atacadas pela polícia durante a madrugada, mas a ação foi revertida contra os efetivos policiais que se retiraram. Ao final do dia de massacre em Bagua e Bagua Grande, somavam-se mais de 100 pessoas presas e 34 mortas, segundo a *Defensoria del Pueblo*, 205 feridas, entre policiais, indígenas, e mesmo pessoas não envolvidas diretamente nos enfrentamentos, ainda que se possa dizer que a população dificilmente não teria algum grau de envolvimento, mesmo a consideramos como afetadas. Isto evidencia a postura do Estado diante das Amazônias e dos povos amazônicos. Não houve responsabilizados da administração pública, mas por vários anos estiveram presos três indígenas, sem haver ocorrido os devidos processos legais, os quais como em outros casos poderiam ser utilizados como estratégias de inviabilizar sua agência.

Não houve uma relação sustentável com o Estado peruano, enquanto organizações como a ODECOFROC seguem mobilizadas, formando e ampliando suas escalas de ação, processo compartilhado com movimentos de solidariedade. Resultou importante no conflito a reflexão sobre o sentido de ser *awajún*, a modernidade e o desenvolvimento como parte do antagonismo, assim como na resignificação das relações históricas entre *awajún* e *huampís*, organizados inclusive em direção à solidariedade com o campesinato andino, por exemplo, nas resistências

e oposições ao conjunto de hidrelétricas projetadas sobre o *Río Marañón*, e a mineração, como no caso de Conga.

A região andino-amazônica está ocupada por diferentes povos que coexistiram com esses meios geocológicos. Assim, devemos considerar os diferentes tempos dos primeiros grupos humanos existentes que convivem no espaço geográfico. A tradição indígena nos informa de como conviver com a floresta, não contra a floresta (PORTO-GONÇALVES, 2008; 2015). No Peru, 66,3% dos territórios indígenas e o equivalente a 84% da superfície da amazônia peruana estão sobrepostas por lotes petrolíferos.

Violências históricas de extermínio, racialização e inferiorização (QUIJANO, 2012) das diversidades que reivindicam suas existências, populações que r-existem (PORTO-GONÇALVES, 2001). Fenômeno humano como este se dá pelas diferenças construídas em relação ao padrão de poder colonial (QUIJANO, 2005; WALSH, 2012) em todas as esferas da vida: pela colonialidade dos ser, do poder e do saber; do posicionamento/localização eurocêntrica; e a colonialidade cosmogônica (WALSH, 2012). Portanto, a Amazônia não é um vazio, de conhecimento, ou demográfico que a colonialidade do saber e do poder determinem. Quando chegaram os colonizadores ibéricos os indígenas da região amazônica eram 3 milhões e 780 mil, sendo a Amazônia habitada há aproximadamente 11.200 anos. A depopulação gerada pela invasão colonial foi de tal ordem que a população total da Amazônia só viria a atingir esse número em 1970. Portanto, destruir a floresta é extinguir o enorme acervo de conhecimento que não está escrito, mas inscrito nas práticas sociais que constroem saberes por uma lógica material sobre uma extensa florestal tropical úmida, com 8 milhões de km² de extensão (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Diante da perda do controle da capacidade de reprodução social de práticas e de saberes, determinados grupos desaparecem ou se resignificam nos territórios e suas múltiplas relações de poder. A materialidade econômico-política e as diversidades epistêmicas incidem sobre a condição de (re)produção da vida, das formas de existir socialmente, e do poder simbólico das relações: “el capitalismo está siempre sometido al impulso de acelerar el tiempo de rotación y la circulación del capital, y en consecuencia, revolucionar los horizontes temporales del desarrollo” (HARVEY, 2007, p.76).

Do ponto de vista geopolítico da região, vale considerar que aproximadamente um sexto de toda a água doce do planeta corre na bacia amazônica, a maior bacia hidrográfica do mundo, a partir de outros ecossistemas que exercem influência nessa dinâmica, como os oceanos, os

glaciares e os manguezais (PORTO-GONÇALVES, 2015, p.70-71), como as lagoas, páramos e nascentes andinas. A Amazônia também abriga jazidas minerais entre as mais importantes do planeta.

A Amazônia é vista como reserva inesgotável de recursos à disposição do desenvolvimento hegemônico, o que ignora as relações humanas e entre seres não-humanos, que inseridos em lógicas diversas da vida e da natureza (LEFF, 2006) contradizem os discursos da normalidade, das (des)ordens estabelecidas, insinuam outras ordens. No embate entre as formas de vida diante do jugo colonial, em diversas escalas se experimentam as dimensões da colonialidade, pois a acumulação de capital está associada à acumulação de territórios (HOUTART, 2011), e profundas transformações escalares das redes de organização econômica (SWYNGEDOUW, 2010).

Considerações finais

A metodologia de pesquisa seguirá os seguintes parâmetros: 1) revisão e análise bibliografias teórico-conceituais sobre conflitos andino-amazônicos; 2) Análise documental de publicações oficiais das empresas, estados-nacionais e de outras fontes, para apreender os sentidos dos discursos sobre o território; 3) Compilação hemerográfica sobre os casos.

Os objetivos centrais desta pesquisa em andamento são: identificar as significativas mudanças do ordenamento socioespacial e as relações inerentes aos conflitos fronteiriços nos estados Amazonas do Peru, e Morona Santiago no Ecuador, derivados da Guerra de Cenepa em seus aspectos geopolíticos, para caracterização de protagonistas e suas interações conflitivas nas dinâmicas hegemônicas de territorialização das indústrias da mineração e matrizes energéticas, em territórios e territorialidades do Estado peruano, das elites nacionais e locais, de povos camponeses e indígenas. Atualmente na região andino-amazônica está em curso uma das maiores intervenções na América Latina em termos de projetos de grande impacto ambiental, social e político, o que gera uma série de conflitos e resistências que impulsionam a permanente reconfiguração dos territórios.

É fundamental compreender contemporaneamente as manifestações da história da geografia humana e ambiental da região andino-amazônica. Cabe ressaltar também o processo de intensificação da expansão territorial e escalar do capitalismo global, potencializado a partir dos anos 1990, mas gradualmente nos últimos cinco séculos. Estes territórios têm características

próprias, das ancestralidades dos povos indígenas e camponeses que habitam essa região; são espaço-tempos geológicos, biológicos, culturais, ancestrais, vivos, fontes da formação de línguas e idiomas próprios, dos nomes e significados.

A compreensão dos conflitos entre grupos sociais cuja genealogia é distinta nos revela a importância do componente ambiental e sua dimensão política, pois se trata de uma região de enorme diversidade ecossistêmica, morfoclimática, biológica e cultural. Estas realidades nos Andes peruanos e nos interespaços de transições e de contatos (AB'SÁBER, 2013) com as amazônias ao oriente apresentam demandas sociais por informações e investigações. Em termos científicos, esta região concentra tensões do desenvolvimento civilizatórios, e os debates sobre as dimensões dos colapsos ambientais e na importância destas regiões nas formulações teórico-políticas em nível mundial. Ou seja, conhecer a dinâmica interna desta região, na marginalidade do capitalismo, e seu valor anunciado por grupos e povos que mesmo sendo invisibilizados nos dão indícios da centralidade da região andino-amazônica para o planeta.

Referências Bibliográficas

ARÁOZ, Horacio M. Minería, modernidad y colonismo. Una aproximación a la naturaleza mineral del orden colonial moderno. Minería y movimientos sociales en el Perú. Instrumentos y propuestas para la defensa de la vida, el agua y los territorios. PDTG, CooperAcción, Lima, Septiembre de 2013.

BOGGIO, Mario Samamé. El Peru Minero. Tomo I – Historia. Lima, 1979.

HARVY, David. Primera parte: Desarrollos geográficos desiguales. En Espacios de esperanza. Madrid: Akal, 2007.

HOUTART, François. De los Bienes Comunes al “Bien Común de la Humanidad”. Fundación Rosa Luxemburg. Noviembre de 2011.

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina. Un campo en construcción. En publicación: Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana. Alimonda, Hector. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Marzo, 2006.

MURRA, John V. El mundo andino. Población, medio ambiente y economía – Lima, IEP/Pontificia Universidad Católica del Perú, 2002

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. Revista Crítica de Ciências Sociais [online]. 2015, n.107, pp.63-90.

QUIJANO, Anibal. ¿Bien vivir?: entre el “desarrollo” y la descolonialidad del poder, em Contextualizaciones Latinoamericanas: año 4, número 6, enero-junio, 2012

ROMIO, Silvia. Minera Afrodita en el Alto Amazonas. Territorio fronterizo en la lucha socioambiental de la selva peruana. En: Hoetmer, Raphael; Castro, Miguel; Daza, Mar; De Echave, José; Ruiz, Clara (org.). Minería y movimientos sociales en el Perú. Instrumentos y propuestas para la defensa de la vida, el agua y los territorios. Programa Democracia y Transformación Global, CooperAcción, Lima, Septiembre de 2013. Páginas: 213-236.

SWYNGEDOUW, E. ¿Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. Em: Escalas e políticas del desarrollo regional. Desafios para América Latina. Buenos Aires, Editorial Mino y Dávila, 2010

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)Colonialidad: Perspectivas Críticas e Políticas. Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012